

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO  
2015-2019**

**SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA – SEPIN  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI**

**Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI**  
**Secretaria de Política de Informática – SEPIN**

**Presidenta**

Dilma Rousseff

**Ministro**

Aldo Rebelo

**Secretária Executiva**

Emília Maria Silva Ribeiro Curi

**Secretário de Política de Informática**

Virgílio Augusto Fernandes Almeida

**Diretora do Departamento de Políticas e Programas Setoriais em  
Tecnologia da Informação e Comunicação**

Luanna Sant'Anna Roncaratti

**Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTE**

Adalberto Afonso Barbosa

**Coordenação Geral de Microeletrônica - CGME**

Henrique de Oliveira Miguel

**Coordenação Geral de Software e Serviços de TI – CGPC**

José Henrique de L. C. Dieguez Barreiro

**Assessoria Técnica:**

Débora Maria da Silva Freitas

Francisco Silveira dos Santos

Hamilton José Mendes da Silva

**Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI**  
**Secretaria de Política de Informática – SEPIN**

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015/2019**

Brasília, 2015

Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.  
Secretaria de Política de Informática

Planejamento estratégico 2015-2019/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Secretaria de Política de Informática. – 1ª ed., 1. versão  
Brasília: MCTI, 2015.  
27 p.: il.

1. Planejamento governamental. 2. Administração pública. I. Título

## Sumário

1. APRESENTAÇÃO	06
2. PROCESSO DE PLANEJAMENTO	06
2.1 Introdução	06
2.2 Princípios	06
2.3 Estratégia Metodológica	07
3. CONTEXTO ORGANIZACIONAL	08
3.1 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	08
3.1.1 Competências Organizacionais e Macroprocessos	08
3.1.2 Organograma do MCTI	10
3.2 Secretaria de Política de Informática	11
3.2.1 Apresentação	11
3.2.2 Competências Organizacionais e Macroprocessos	12
3.2.3 Organograma da SEPIN	13
4. PENSAMENTO ESTRATÉGICO DA SEPIN	13
4.1 Missão	13
4.2 Visão	13
4.3 Valores	13
4.4. Mapa Estratégico	14
5. ANÁLISE DE AMBIENTE	14
5.1 Ambiente Externo	14
5.2 Ambiente Interno	15
6. OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E INICIATIVAS	15
6.1 Sociedade	15
6.2 Processos Internos	15
6.3 Administração pública e instituições privadas	15
7. PROGRAMAS ESTRUTURANTES NO SETOR DE TIC	16
7.1 Programas e Projetos Prioritários em TIC	16
7.2 Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de TI	16
7.3 Programa Estratégico de Software e Serviços de TI	17
7.3.1 Start-UP Brasil	17
7.3.2 CERTICS	18
7.3.3 Ecossistemas Digitais	18
7.3.4 Brasil Mais TI	19
7.3.5 Atração de Centros Globais de P&D	19
8.PRINCIPAIS IMPACTOS DAS POLITICAS SOB GESTÃO DA SEPIN	20
9. RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS	22
10. ANEXOS	23
10.1 ANEXO 1 – Painel contendo indicadores e objetivos	23
10.2 ANEXO 2 – Metas estabelecidas para os indicadores	25
<b>Considerações Finais</b>	<b>27</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta de forma condensada o planejamento estratégico desenvolvido no âmbito da Secretaria de Política de Informática – SEPIN, configurando-se como um instrumento em que a Secretaria externa sua visão de futuro e torna públicos seus objetivos e ações que pretende executar para atingi-los.

Com vistas a avaliar o progresso na concretização desse planejamento, pretende-se que os objetivos estratégicos sejam mensurados de forma sistemática.

O Planejamento Estratégico explicita os compromissos firmados pela SEPIN, enquanto instituição integrante da estrutura do Estado Brasileiro, junto à comunidade de tecnologia de informação e comunicação e a seus servidores.

## 2. PROCESSO DE PLANEJAMENTO

### 2.1. Introdução

O processo de formulação do planejamento estratégico da Secretaria de Política de Informática – SEPIN, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, envolveu uma série de oficinas de planejamento, ocorridas durante o período entre fevereiro de 2014 e abril de 2015. Os eventos foram promovidos pela SEPIN em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP e reuniu colaboradores e interessados de diversas áreas para elaboração desse Plano.

Essas oficinas possibilitaram a construção, de forma participativa, de um documento de referência para orientar a prática de elementos de gestão estratégica na SEPIN, com ênfase em discussões centradas nos seguintes pontos:

- Formulação de um **Painel de Indicadores**
- Proposição de um **Modelo de Gestão de Riscos**

Este relatório apresenta os resultados do trabalho do grupo e discorre sobre o desenvolvimento das atividades. Vale destacar que os elementos e ideias expressados neste texto refletem os interesses, inquietudes e necessidades dos participantes, considerados fundamentais para orientar um trabalho mais aprofundado sobre o tema.

### 2.2. Princípios

A tendência de modernização das organizações pode ser associada às pressões, econômicas, sociais e ambientais, que as forçam a se ajustarem quanto à transparência e divulgação de suas ações e à geração de seus resultados junto aos usuários e à sociedade. Cada vez mais é latente a percepção do vácuo entre as demandas da sociedade e os resultados que as corporações podem oferecer. Não somente, mas é possível relacionar este desequilíbrio a práticas de gestão inadequadas, cultura organizacional resistente a mudanças e adaptações e à comunicação institucional de baixa qualidade.

Por outro lado, são muitos os modelos, ferramentas e metodologias que visam mitigar os problemas discutidos anteriormente. Grande parte desses mecanismos propõe formas robustas de planejamento e organização funcional, mas que, na maioria dos casos, deixam a desejar na implantação. Em que pese o imediatismo da

geração de resultados e a grande resistência a mudanças das organizações, muitas metodologias vem se desgastando no ambiente corporativo por demandarem um grande esforço inicial de elaboração e necessitar de um grande período para isso. A morosidade na entrega de resultados palpáveis leva, inevitavelmente, à descrença e abandono desses modelos, fazendo com que muitas organizações possuam bons planejamentos que nunca foram executados.

Para lidar com esses riscos, a SEPIN promoveu o seguinte debate: como simplificar os modelos de gestão e planejamento institucional considerando o alto nível de complexidade das organizações e os grandes desafios que elas enfrentam.

A metodologia de gestão estratégica associada à comunicação, busca reunir as virtudes de três grandes abordagens de gestão: o Planejamento Estratégico Organizacional; o *Balanced ScoreCard* - BSC e a Gestão de Projetos consoante o modelo proposto pelo *Project Management Institute* - PMI.

Mais especificamente, por meio do planejamento estratégico, busca-se impactar o ambiente gerencial da organização focalizando os seguintes princípios:

- **Transformação:** Um modelo de gestão pode ser encarado como uma nova forma de enxergar e dirigir uma determinada organização. Realizar gestão estratégica é, em muitos casos, escolher a mudança, buscar em curto prazo a acomodação das pessoas. O que se pretende é transformar a forma de pensar das pessoas e os processos de tomada de decisões da organização.
- **Resultados:** A organização e as pessoas devem restringir a atenção dada aos processos e atividades e focar nos resultados. Em outras palavras, a atenção deve estar na entrega de resultados que atendam aos anseios e expectativas dos beneficiários da organização.
- **Comunicação:** A comunicação é peça fundamental para a transformação e para integração das pessoas. Ela deve ser encarada não como processo auxiliar para a gestão, mas sim como um fator promotor da mudança. A informação certa deve estar no momento e local correto para que a gestão seja efetiva.
- **Liderança:** Todo o processo de mudança deve estar ancorado numa liderança forte. Normalmente protagonizada pela alta gerência, a liderança deve administrar ansiedades, descrenças e conflitos e conduzir a organização ao futuro desejado.
- **Humanização:** A humanização propõe respeitar o trabalhador enquanto indivíduo, significa enxergá-lo em seus objetivos pessoais, pensamentos e inquietudes. A pessoa deve ser entendida na sua totalidade e observada além dos aspectos corporativos. O comportamento ético deve ser o princípio de vida da organização, uma vez que ser ético é preocupar-se com a felicidade pessoal e coletiva.
- **Alinhamento:** Uma das premissas para o equilíbrio é o alinhamento. No ambiente corporativo, trata-se de coordenar as pessoas e partes interessadas na organização com a capacitação de novos multiplicadores e definir diretrizes que visem assegurar que o painel estratégico seja implantado e utilizado de forma consistente.
- **Responsabilização:** A responsabilização deve ser entendida como uma responsabilidade coletiva de participação e apoio ao processo de gestão e aprendizagem desenvolvida simultaneamente por todas as partes envolvidas.

## 2.3 Estratégica Metodológica

A estratégia metodológica escolhida fundamenta-se numa abordagem cíclica do processo de gestão estratégica. Isso significa que as atividades de gestão podem ser entendidas como ondas que se repetem a cada novo ciclo de gestão. É importante destacar, que a frequência como que o ciclo de gestão ocorre deve ser diretamente proporcional à intensidade na qual ocorrem as alternâncias políticas na organização. A estratégia deve estar na pauta de discussão de quem lidera a organização e não apenas ser lembrada no início de uma nova gestão. A intenção é tornar os instrumentos gerenciais um marco na continuidade de propostas relevantes para a organização em gestões subsequentes.

O ciclo de gestão constitui-se num conjunto de etapas que podem ser entendidas como macroprocessos que reúnem diversas outras atividades em seu contexto.

Essas etapas são descritas a seguir:

- **DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA** – fase inicial na qual são elaborados os principais referenciais estratégicos: missão, valores, visão de futuro, mapa estratégico, painel de indicadores, metas institucionais e alinhamento das intervenções.
- **ALINHAMENTO DA ORGANIZAÇÃO** – organizar internamente o ambiente para que facilite a implantação da estratégia, ou seja, envolve três pontos fundamentais: estruturação organizacional, escritório de projetos/processos e comunicação estratégica;
- **IMPLANTAÇÃO DA ESTRATÉGIA** – trata-se da ação, o momento de agir de caminhar em direção da estratégia. Quatro aspectos marcam claramente esta etapa, são eles: desdobramento da estratégia, alinhamento das equipes, assessoria aos processos de gestão e sistema de gestão estratégica;
- **MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO** – significa mensurar, analisar e promover modificações necessárias em função das avaliações que são feitas periodicamente na estratégia. É preciso manter sincronizada a estratégia e o que é pauta do dia-a-dia da organização;
- **COMUNICAÇÃO & APRENDIZADO** – a comunicação é o coração da estratégia, e deve ser desenvolvida tanto internamente quanto externamente, em função da divulgação dos avanços gerenciais e dos resultados alcançados. Destaca-se ainda que o modelo de gestão estratégica pressupõe a visão da gestão como um processo contínuo de aprendizado.

Por fim é oportuno ressaltar que, em última instância, um dos principais resultados esperados com a concretização do planejamento estratégico, como sendo a essência do que se busca alcançar, concerne ao desenvolvimento das pessoas, por meio das quais de fato irá se desenvolver a organização e obter êxito na concretização da Missão.

## 3. CONTEXTO ORGANIZACIONAL

### 3.1 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

#### 3.1.1 Competências Organizacionais e Macroprocessos

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) foi criado por meio do Decreto nº 91.146, de 15 de março de 1985, inicialmente como Ministério da Ciência

e Tecnologia (MCT), e teve suas competências estabelecidas pelo Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006.

Essencialmente a motivação para criar a pasta foi unificar, articular e supervisionar os órgãos e instituições de pesquisa e fomento que tem por missão o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, procurando ao mesmo tempo assegurar uma estratégia de ação política firme, consistente e continuada.

De um ponto de vista mais estratégico a criação de uma pasta ministerial para tratar da ciência e tecnologia sinaliza à sociedade brasileira um compromisso do Estado em dispor de uma política nacional, atribuindo ao tema a importância equiparável ao que encontra em sociedades ditas avançadas, e mais especificamente, possa contribuir, para inserir e dar destaque à Ciência e Tecnologia, hoje, Ciência, Tecnologia e Inovação, na Agenda política do País.

A estrutura do MCTI abrange, além dos órgãos que constituem a Administração Central, autarquias, unidades de pesquisa e agências de fomento; além de empresas estatais e organizações sociais (com as quais o ministério possui contratos de gestão), conforme indicado a seguir:

**a) Administração Central:**

- Gabinete do Ministro (GABMI); Assessoria Internacional (ASSIN); Secretaria Executiva (SEEXEC); Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA); Subsecretaria da Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP), Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED), Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (SETEC), Secretaria de Política de Informática (SEPIN) e Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS).

**b) Autarquias:**

- Agência Espacial Brasileira- AEB
- Comissão Nacional de Energia Nuclear- CNEN

**c) Unidades de pesquisa:**

- Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas- CBPF
- Centro de Tecnologia Mineral- CETEM
- Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste- CETENE
- Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer- CTI
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia- IBICT
- Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia- INPA
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais- INPE
- Instituto Nacional do Semiárido- INSA
- Instituto Nacional de Tecnologia- INT
- Laboratório Nacional de Astrofísica- LNA
- Laboratório Nacional de Computação Científica- LNCC
- Museu de Astronomia e Ciências Afins- MAST
- Museu Paraense Emílio Goeldi- MPEG
- Observatório Nacional – ON
- Instituto Nacional da Mata Atlântica- INMA (antigo Museu Mello Leitão do Ministério da Cultura)
- Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal- INPP (em implantação)

- Instituto Nacional de Águas- INA (em implantação)

**d) Agências de fomento:**

- Financiadora de Estudos e Projetos- FINEP
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq

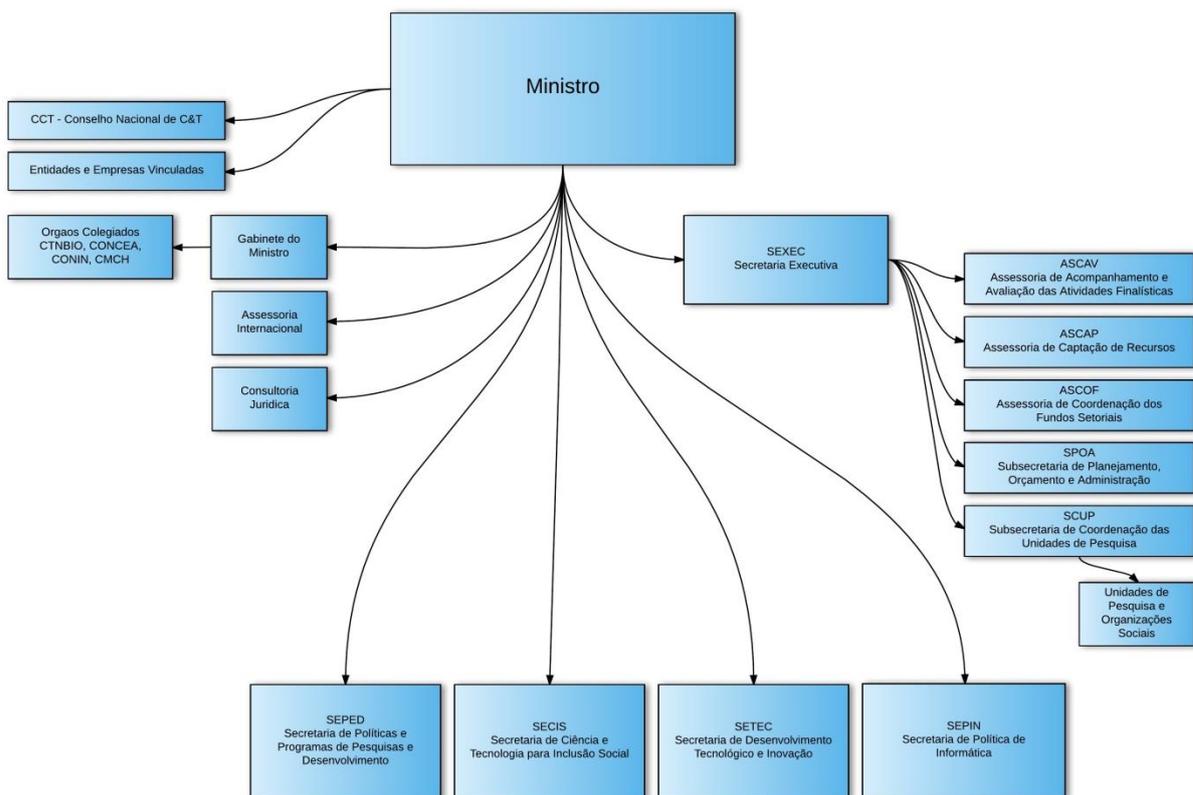
**e) Empresas estatais:**

- Indústrias Nucleares do Brasil- INB
- Nuclebrás Equipamentos Pesados- NUCLEP
- Alcântara Cyclone Space- ACS (empresa binacional)
- Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.- CEITEC

**f) Organizações sociais:**

- Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá- IDSM
- Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada- IMPA
- Centro de Gestão e Estudos Estratégicos- CGEE
- Centro Nacional de Pesquisas em Energia e Materiais- CNPEM
- Rede Nacional de Ensino e Pesquisa- RNP
- Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial- EMBRAPII

**3.1.2 Organograma do MCTI**



## **3.2 SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA**

### **3.2.1 Apresentação**

A Secretaria de Política de Informática – SEPIN tem como atribuição formular, implementar e acompanhar políticas públicas e ações voltadas para o setor de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no Brasil. Tais políticas têm como objetivo a capacitação tecnológica e a competitividade do setor, visando promover as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação com o aumento da participação dos investimentos privados e a integração das instituições científicas e tecnológicas com o setor produtivo.

As TICs abrangem os segmentos de semicondutores, programas e serviços de computador, tecnologias de redes de comunicação e os equipamentos de processamento digital de informações, além de tecnologias emergentes como TV Digital, acesso e conectividade (banda larga, wireless, etc.).

Na economia brasileira, a participação do setor de TIC (incluindo programas de computador e serviços), no ano de 2013 foi da ordem de US\$ 222 bilhões (fonte ABES, 2014) anuais, sendo que o setor industrial relacionado ao faturamento das empresas beneficiárias da Lei de Informática contribui anualmente com cerca de US\$ 40 bilhões.

A SEPIN desenvolve programas e ações de políticas públicas e projetos para o setor de TICs, com o objetivo de integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de produtos e serviços avançados de computação, comunicação e conteúdos digitais.

O instrumento fundamental para promover a realização de PD&I pelo setor produtivo são os incentivos fiscais apoiados em ações de estímulo: à indústria local de bens e serviços; ao desenvolvimento das cadeias produtivas associadas; à capacitação e formação de recursos humanos; à consolidação e atratividade de empresas; e complementado por investimentos e compras governamentais. Tais ações visam o fortalecimento tecnológico e inovador da indústria local, à redução do déficit da balança comercial, à geração de empregos em todo o território nacional e, principalmente, à redução do desequilíbrio social e econômico regional e à inclusão digital.

O marco legal que orienta as atribuições e responsabilidades da SEPIN são: i) Lei nº 7.232/1984, Lei nº 8.248/1991, Lei nº 10.176/2001, Lei nº 11.077/2004 e Lei nº 13.023/2014 (Leis de incentivos fiscais para o setor de Informática); ii) Lei nº 9.609/1998 (Lei de Software); iii) Lei nº 11.484/2007, (dispõe sobre incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados); e iv) Decreto nº 4.829/2003 (cria o Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGIbr e dispõe sobre o modelo de governança da Internet no Brasil).

### **3.2.2 Competências Organizacionais e Macroprocessos**

A SEPIN é um órgão da Administração Direta integrante da estrutura do MCTI, conforme Portaria MCT nº 756, de 3 de outubro de 2006, com as seguintes competências regimentais:

I - propor, coordenar e acompanhar as medidas necessárias à execução da política nacional de informática e automação;

II - propor, coordenar e acompanhar as medidas necessárias à execução das políticas para o desenvolvimento do setor de software e serviços relacionados no País;

III - propor, coordenar e acompanhar as ações necessárias para o desenvolvimento da Internet e do comércio eletrônico no País, em conjunto com outros órgãos de Governo;

IV - colaborar com os diversos órgãos das esferas pública e privada, visando o ingresso do País na Sociedade da Informação;

V - participar, no contexto internacional, das ações que visem o desenvolvimento das tecnologias da informação, da Internet e do comércio eletrônico e seus reflexos, com o aumento da participação do País no cenário das novas sociedades da informação;

VI - analisar e dar parecer às propostas de concessão de incentivos fiscais a projetos do setor de informática e automação;

VII - articular a elaboração dos Planos Nacionais de Informática e Automação a serem submetidos ao Conselho Nacional de Informática e Automação; e

VIII - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação.

Em sua missão de formular propostas de políticas e programas de âmbito nacional relacionadas às TICs, a SEPIN tem realizado e implementado ações de programas e projetos de interesse nacional no setor.

Essas ações visam fortalecer a capacitação tecnológica do setor, a geração de empregos, a criação de oportunidades de avanço tecnológico para a indústria local e o aumento das atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias digitais, organizando-se em quatro eixos (que correspondem aos principais macroprocessos que a atuação da Secretaria):

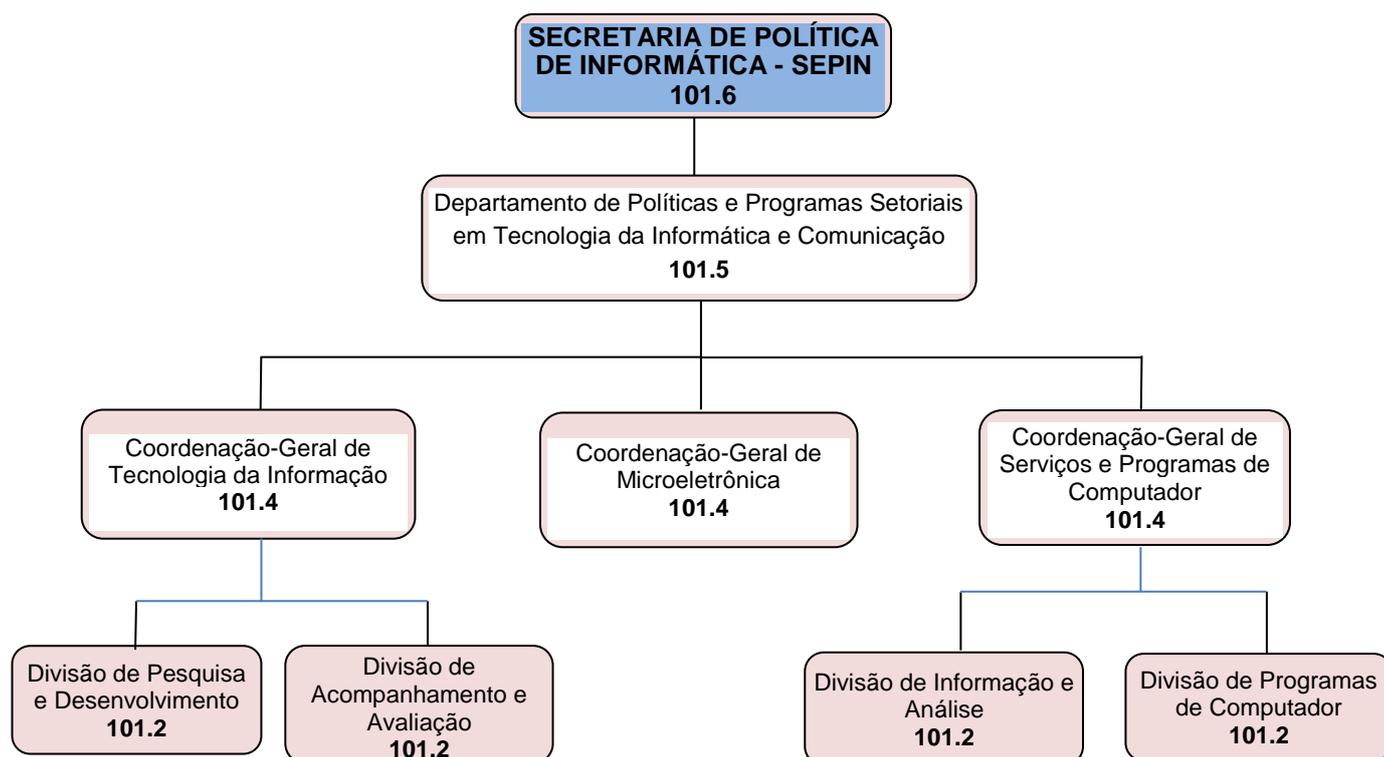
(a) incentivo ao desenvolvimento industrial por meio de capacitação em P&D para a indústria de hardware;

(b) promoção de capacidade tecnológica em microeletrônica e circuitos integrados;

(c) incentivo à competitividade com foco em inovação tecnológica para o setor de software e serviços de TI; e

(d) coordenação e fomento de ações para o desenvolvimento da Internet e de novas demandas da sociedade e do próprio governo relativas às tecnologias da informação.

### 3.2.3 Organograma da SEPIN



## 4. PENSAMENTO ESTRATÉGICO DA SEPIN

### 4.1 Missão

Promover o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação para fortalecer o Brasil na economia digital e na sociedade do conhecimento.

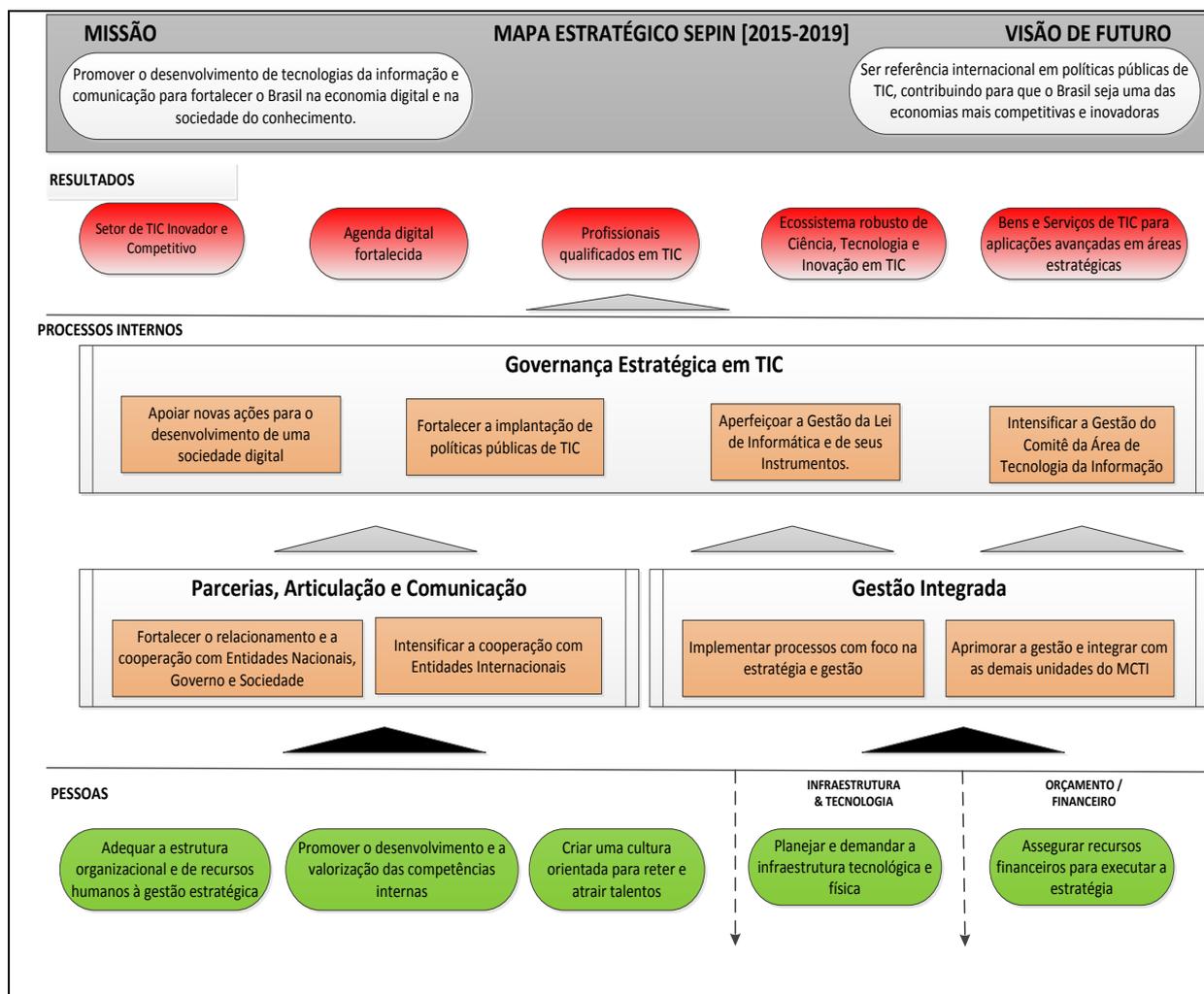
### 4.2 Visão

Ser referência internacional em políticas públicas de TIC contribuindo para que o Brasil torne-se uma das economias mais competitivas e inovadoras.

### 4.3 Valores

- Ética: atuar com responsabilidade, respeito à moral e comprometimento com a coisa pública.
- Inovação: promover a P&D, objetivando a consolidação de uma indústria de TIC inovadora e com maior capacitação tecnológica.
- Transparência: divulgar de forma ampla para a sociedade as ações, os objetivos e os resultados decorrentes das políticas sob gestão da SEPIN.
- Valorização das pessoas: estimular o respeito, a valorização das pessoas e a meritocracia.

## 4.4 Mapa Estratégico



## 5. ANÁLISE DE AMBIENTE

### 5.1 Ambiente Externo

Neste tópico apresenta-se de forma sintética uma análise ambiental externa ao contexto organizacional, elencando-se fatores externos que podem configurar-se em oportunidades e ameaças à concretização das estratégias organizacionais.

Oportunidades	Ameaças
Aprovação da 13.023/2014, prorrogando os benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 1991 (Lei de Informática).	Contencioso Brasil-União Europeia que resultou em painel contra regimes de incentivos fiscais, inclusive Lei nº 8.248, de 1991.
Ampliação do poder de compra instituindo o mecanismo de encomendas tecnológicas no setor de TIC e adoção de margem de preferência diferenciada para a tecnologia nacional	Mudanças drásticas no marco regulatório relativo ao poder de compra neutralizando sua eficácia.
Plano Nacional de Banda Larga; Financiamento diferenciado pelo BNDES; e Políticas estaduais para o setor.	Redução do incentivo à tecnologia local resultante do aumento da pressão de atores com interesses conflitantes com a política tecnológica brasileira.

Crescimento da dimensão da Política de TIC no contexto da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e da Agenda Digital	Não operacionalização de mecanismos, como por exemplo, PADSTI, resultando em redução da eficácia da Lei de Informática.
---	---

## 5.2 Ambiente Interno

No presente tópico descreve-se de forma sucinta elementos identificados na análise ambiental interna da organização, buscando-se destacar fatores que a reforçam e aqueles em que a organização denota carências.

Pontos fortes	Pontos fracos
Boa capacitação de recursos humanos da organização que atuam na gestão da política de TIC.	Contingente de recursos humanos reduzido, com riscos de agravamento das perdas atuais, por migração para outras carreiras com melhor remuneração.
Grande estabilidade do principal marco legal (Lei de Informática), com conexão ampla junto a outros programas e políticas públicas (PNBL, Poder de Compra e Inclusão Digital).	Complexidade da articulação requerida para o aperfeiçoamento da regulamentação.
Manutenção da tendência de expansão dos investimentos em P&D do setor produtivo como decorrência do aumento da base de empresas incentivadas.	Restrição de recursos para aperfeiçoar as ferramentas de gestão e acompanhamento dos regimes de incentivos para o setor de TIC.
Expansão da base de projetos de P&D com elevado valor e com potencial de grande impacto nos resultados tecnológicos.	Limitações impostas no emprego de recursos gerados pela legislação (FNDCT/CT-INFO), que podem prejudicar a adequada avaliação de sua eficácia.

## 6. OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E INICIATIVAS

### 6.1 Com a Sociedade

Aperfeiçoar o diálogo com a sociedade procurando participar e promover processos de discussão e consulta que contribuam para o contínuo aperfeiçoamento das políticas para o setor de TIC geridas pela SEPIN.

### 6.2 Processos Internos

Estabelecer mecanismos que contribuam para a motivação do pessoal e comprometimento com os objetivos estratégicos da organização, especialmente pelo estímulo à participação em fóruns de discussão e disponibilização de oportunidades para o aperfeiçoamento e crescimento profissional.

### 6.3 Administração pública e instituições privadas

Ampliar o acesso às políticas públicas sob gestão da SEPIN, tanto por parte do setor produtivo e instituições de ensino e pesquisa, quanto por órgãos públicos; e buscar o aperfeiçoamento dos mecanismos de difusão dos resultados dessa política ampliando os canais de divulgação.

## **7. PROGRAMAS ESTRUTURANTES NO SETOR DE TIC**

### **7.1 Programas e Projetos Prioritários em TIC**

Os Programas e Projetos de interesse Nacional considerados Prioritários foram instituídos pelo Decreto nº 792/1993, que regulamentou a Lei nº 8.248/1991 (Lei de Informática) e os recursos aplicados pelas empresas habilitadas à fruição dos incentivos fiscais dessa Lei, podem ser computados como aplicação em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, em contrapartida aos benefícios usufruídos.

Com a criação do Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI pelo Decreto nº 3.800/2001 (§ 3º do art. 9º do Dec. 3.800/2001), tornou-se competência deste Comitê estabelecer programas e projetos de interesse nacional, na área de informática e automação, bem como sua vigência, os quais serão considerados prioritários no aporte de recursos pelas empresas incentivadas.

Até o segundo semestre de 2015, estavam em operação os seguintes Programas e Projetos:

- Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – **RNP**;
- Programa Nacional de Software para Exportação – **SOFTEX 2000**;
- Programa Nacional de Microeletrônica – **PNM Design**; e
- Projeto, Manufatura e Qualificação da Eletrônica de Produtos com Tecnologia da Informação e Comunicação – **HardwareBR**.

A Portaria MCTI nº 1.189/2014 instituiu o mecanismo operacional de aporte de recursos nos programas e projetos considerados prioritários (PPI) pelo comitê da área de tecnologia da informação - CATI.

A Portaria MCTI nº 422/2013 estabeleceu os critérios e procedimentos administrativos para apresentação, análise, aprovação, liberação dos recursos, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos recursos aplicados no âmbito dos Programas e Projetos considerados prioritários (PPI).

### **7.2 Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologias da Informação - PADSTI**

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologias da Informação (PADSTI), instituído pela Portaria MCTI nº 344, de 2011, por meio do qual o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI atribuiu sua coordenação ao Secretário de Política de Informática do MCTI, com assessoria do Comitê da Área de Tecnologia da Informação (CATI).

Os recursos destinados ao PADSTI são provenientes de depósitos realizados -- por empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991 -- em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), na categoria de programação específica destinada ao CT-Info, para fins de quitar débitos decorrentes de glosas em aplicações em atividades de P&D realizados por essas empresas a título de contrapartida aos incentivos usufruídos.

O PADSTI constitui-se em mecanismo de financiamento suplementar para viabilizar a criação no País de um ecossistema avançado de P&D em TIC, cuja governança dos recursos cabe à Secretaria de Política de Informática (SEPIN), com o respaldo do CATI, o qual exerce o papel de órgão consultivo na aplicação dos recursos

destinados a esse programa.

O objetivo principal do PADSTI é contribuir para o fortalecimento da base tecnológica da indústria brasileira de TIC, e de centros e institutos que realizem atividade de P&D em cooperação com essa indústria, com foco nas pequenas e médias empresas com potencial de desenvolvimento local já constatado pelo MCTI por meio do reconhecimento de bens desenvolvidos por essa empresa com fulcro na Portaria MCT nº 950/2006, com ênfase na ampliação da massa crítica de profissionais de alta qualificação que trabalham como pesquisadores e na engenharia de desenvolvimento dessas organizações.

### **7.3 Programa Estratégico de Software e Serviços de TI (TI MAIOR)**

O Programa Estratégico de *Software* e Serviços em TI é baseado em Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, com forte diretriz de integração e articulação de programas, políticas, incentivos, ferramentas, mecanismos de fomento e ações já existentes.

O Programa Estratégico tem seu alicerce em cinco eixos:

- Desenvolvimento Econômico e Social;
- Posicionamento Internacional;
- Inovação e Empreendedorismo;
- Produção Científica, Tecnológica e de Inovação; e
- Competitividade, compreendendo as seguintes medidas e programas.

#### **7.3.1 Start-UP Brasil**

A competitividade global está cada vez mais acirrada. O desenvolvimento de novas tecnologias e modelos de negócios passa a ser fundamental para a disputa por mercados globais, trazendo imensos desafios para as empresas globais gerarem inovação no tempo da demanda de mercado.

Neste contexto, o Brasil precisa construir ambientes propícios à aceleração do empreendedorismo de base tecnológica, alavancando a geração de bens e serviços inovadores com competitividade global.

Com o intuito de acelerar o desenvolvimento de empresas nascentes de base tecnológica, o *Start-up* Brasil, que se iniciará com o foco em empresas de *software* e serviços, compreenderá a estruturação de uma rede de mentores e investidores, financiamento para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I), consultoria tecnológica e de mercado, infraestrutura, parcerias com universidades, institutos de pesquisa e incubadoras, articulação com grandes companhias nacionais e internacionais, além de programas de acesso a mercado e compras públicas.

Assim, esta ação tem como objetivo alavancar a aceleração de um número crescente de *start-ups* a cada ano, colocando no mercado local e internacional novos produtos e serviços inovadores, conectando nossas empresas de base tecnológica em contato com tendências e mercados globais, bem como construir uma parceria governo e iniciativa privada para a geração de um ecossistema favorável ao empreendedorismo de base tecnológica.

### **7.3.2 CERTICS - Certificação de Tecnologia Nacional de Software e Serviços**

Esta linha de ação tem como objetivo a ampliação da base tecnológica nacional, por meio do apoio ao desenvolvimento de tecnologia nacional de *software* e serviços. O instrumento-chave baseia-se no desenvolvimento, na implantação, no monitoramento e no aprimoramento de uma metodologia de avaliação de *software* e serviços com tecnologia nacional.

Esta avaliação é baseada na criação ou ampliação de competências tecnológicas e correlatas no Brasil.

A utilização da metodologia atende ao disposto no Decreto nº 7.174/10 e na Lei nº 12.349/2010, que estabelece preferência de compras para produtos e serviços resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizadas no Brasil (Poder de Compra Governamental). A metodologia pode também ser utilizada como referência para outros mecanismos de apoio e incentivos à tecnologia nacional, tais como acesso à crédito e capitalização das agências governamentais de fomento.

### **7.3.3 Ecossistemas Digitais**

A partir da excelência brasileira em determinados setores da economia, bem como a existência de núcleos de pesquisa em diversas áreas do conhecimento, compatíveis com os melhores institutos globais, promover a integração deles em torno do segmento de *software* e serviços de TI, apresenta-se como diretriz deste programa.

Com esse objetivo, foram definidas cadeias de valor que alavancam a economia brasileira, gerando potencial tecnológico de alto valor agregado e exploração de nichos de mercado.

Busca-se o desenvolvimento de *software* e soluções de alta complexidade e tremendo impacto econômico e social, enquadrados nos setores econômicos estratégicos ou portadores de futuro, partindo do estímulo a centros de pesquisa de excelência, com apoio direto ao P&D empresarial, à geração de projetos pré-competitivos nos institutos de pesquisa privados e públicos, bem como à formação de redes acadêmicas e empresariais em torno de grandes desafios existentes nos ecossistemas criados.

Avaliando a estrutura econômica do país em consonância com as tendências de mercado verificadas para o Brasil e o mundo, realizaram-se estudos prospectivos dos potenciais desafios tecnológicos e possibilidades de demanda do mercado para os seguintes setores selecionados: defesa e segurança cibernéticas, educação, saúde, petróleo e gás, energia, aeroespacial, grandes eventos esportivos, agricultura e meio ambiente, finanças, telecomunicações e mineração.

Destacamos também as tecnologias estratégicas que possuem caráter disruptivo e podem gerar grandes impactos nestas cadeias: computação em nuvem, mobilidade, internet e entretenimento, supercomputação, e *software* livre.

### **7.3.4 Brasil Mais TI**

Por ser um segmento dinâmico e intensivo em capital humano, a estratégia de diferenciação do setor de *software* e serviços deve ser sustentada por equipes competitivas em relação ao cenário mundial. Nesse contexto, o fator educação tem um peso considerável.

Porém, a realidade brasileira de projeção da oferta de profissionais em TI tem se apresentado insuficiente, com grande evasão dos estudantes de graduação nos diversos cursos e trilhas de carreira disponíveis para o segmento (82% em 2010, a partir de dados do INEP/MEC), como baixo despertar vocacional dos estudantes da educação básica e do ensino profissional para as áreas tecnológicas.

Pensando em potencializar a oportunidade de geração de empregos qualificados para os inúmeros jovens profissionais, visando a atrelar oferta e demanda no mercado de trabalho e gerar o despertar vocacional para os ingressos da educação profissional e tecnológica, o MCTI, em parceria com o MEC e associações empresariais, desenvolveu um completo diagnóstico do mercado de profissionais de TI no Brasil, concebendo um projeto inovador, calcado no relacionamento digital e intermediação de vagas.

O projeto, denominado “Brasil Mais TI”, está estruturado em três eixos da formação profissional: Conhecimento, Capacitação e Oportunidades.

O foco é construir uma grande plataforma de relacionamento digital com estudantes e profissionais do setor de TI, oferecendo intermediação de vagas, cursos básicos e avançados, literatura para linguagens proprietárias e altamente demandadas, apoio na virtualização de conteúdos para plataformas livres, despertar vocacional das classes C e D para o setor de TI, geração de informação profissional aos egressos dos diversos cursos de TI no Brasil, oferta de cursos gratuitos para comunidades e estudantes vocacionados, atualização tecnológica e visualização de microdados de egressos dos programas governamentais de apoio a esta iniciativa, tal como o PRONATEC.

Dessa maneira, objetiva-se formar os 900 mil novos profissionais necessários até 2022, que serão adicionados à base atual de 1,2 milhão de profissionais em TI.

### **7.3.5 Atração de Centros Globais de P&D**

O setor de TI está intimamente relacionado com centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação, tanto públicos quanto privados. Devido à robustez do mercado brasileiro, bem como do posicionamento do país no eixo dos investimentos internacionais em ciência, tecnologia e inovação, tem-se verificado um crescente afluxo de investimentos de empresas e instituições de tecnologia internacionais na instalação de seus centros de P&D globais no Brasil.

Com o intuito de apoiar a continuidade a este ciclo virtuoso de investimentos no país, este programa estabelece uma série de medidas de apoio à instalação destas unidades no Brasil, dando ênfase à formação de uma rede local de desenvolvimento científico e tecnológico, atrelando a implantação de núcleos internacionais de geração de tecnologia, em consonância com o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação Brasileiro, para a geração de ambientes propícios à inovação.

Dessa forma, o processo de geração de inovação por cooperação global promove a formação de um ecossistema naturalmente internacionalizado e que conta com cadeias de valor interligadas e baseadas em intercâmbios multiculturais. O foco é atrair para o Brasil as atividades-chave e intensivas em tecnologia dos processos de desenvolvimento de software e serviços de TI, tidos como de “classe mundial”, reforçando a participação nacional no desenvolvimento destas tecnologias e ampliando a capacitação tecnológica em território nacional.

Essa ação tem como meta apoiar o estabelecimento no Brasil de 4 centros globais de P&D com ênfase nas áreas de software e serviços de TI.

## **8. PRINCIPAIS IMPACTOS DOS REGIMES DE INCENTIVOS FISCAIS SOB GESTÃO DA SEPIN.**

O Brasil é um dos poucos países do Hemisfério Ocidental que tem uma grande indústria de TICs. Aliás, uma das dez maiores do mundo. Isso só tornou possível porque o Estado Brasileiro tem uma política robusta para o setor com Leis e Decretos bem fundamentados, com horizontes de longa duração dando segurança para os investidores.

Os principais regimes de incentivos fiscais sob gestão da SEPIN, para estimular a capacitação tecnológica e a competitividade da indústria tem seus instrumentos estabelecidos pelas Leis nºs 8.248/1991 e 11.484/2007.

A Gestão da Lei de Informática – Lei nº 8.248/1991 representa um desafio para a SEPIN/MCTI, por requerer consideráveis habilidades técnicas, o maior contingente de recursos humanos e demandar grandes esforços de negociação com o setor produtivo, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe e com outros órgãos da administração pública, desde 1991, constitui no principal mecanismo de incentivos fiscais para empresas fabricantes, com contrapartida de aplicação em atividades de P&D em TIC.

Essa política dá segurança aos investidores sem distinção de origem do capital e garante um fluxo permanente de investimentos em P&D. A Lei de informática, 8.248/91, é o principal instrumento de estímulo ao setor garantindo a desoneração fiscal para as empresas que investirem em atividade de P&D. No primeiro trimestre de 2015 o MCTI registra a existência de 600 empresas habilitadas à fruição dos incentivos, com faturamento da ordem de R\$ 80 Bilhões, gerando 130.000 empregos diretos, com investimento anual em atividades de P&D superior a R\$ 1,5 Bilhão.

Um dos resultados mais importantes da Lei nº 8.248/1991 foi o desenvolvimento de muitas empresas com tecnologia nacional autêntica, concentradas em automação industrial e comercial, telecomunicações e equipamentos médico-hospitalares. Essa capacidade de desenvolvimento tecnológico próprio é uma virtude, que se bem explorada e devidamente apoiada, poderá viabilizar a inserção internacional da indústria nacional em atividades de alto valor agregado e dar um norte para nosso caminhar em direção a um desenvolvimento soberano e sustentável.

Muitas dessas empresas que desenvolvem tecnologia nacional, e beneficiárias dos incentivos da Lei de Informática, já realizam atividades de exportação para Países de todos os continentes.

Outro resultado que merece destaque foi a criação de Centros privados de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia da Informação e Comunicação, já com expressão internacional.

Os centros foram criados em todas as regiões do Brasil e, para realizarem convênios com as empresas incentivadas à fruição dos incentivos da Lei de Informática, foram credenciados pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI.

Dentre os trinta e cinco (35) centros privados, credenciados pelo CATI, merecem destaque os seguintes, tanto pelo volume de recursos captados, quanto pelo número de projetos executados e pessoal em atividades de P&D:

Instituição	Localização		Ano de Fundação	Número de Colaboradores
	Estado	Cidade Sede		
Instituto <b>Eldorado</b>	São Paulo	Campinas	1999	800
<b>C.E.S.A.R</b> - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife	Pernambuco	Recife	1996	600
<b>Venturus</b> Centro de Inovação Tecnológica	São Paulo	Campinas	1995	200
Centro Internacional de Tecnologia de Software - <b>CITS</b>	Paraná	Curitiba	1993	200
<b>FITEC</b> - Fundação para Inovações Tecnológicas	Pernambuco	Recife	1997	200
Instituto <b>Atlântico</b>	Ceará	Fortaleza	2001	290
Centro de Pesquisas Avançadas Wernher von Braun – <b>Von Braun</b>	São Paulo	Campinas	1997	150
Instituto <b>Recôncavo</b> de Tecnologia	Bahia	Salvador	2004	120

Fonte: SEPIN/MCTI, dados de 2014.

Outro importante instrumento, sob gestão da SEPIN/MCTI, que estabelece incentivos para a promoção da capacidade tecnológica em microeletrônica e circuitos integrados, é o PADIS – Lei nº 11.484/2007, que tem apresentado resultados na formação e capacitação de profissionais em projetos e processos de componentes e dispositivos semicondutores; bem como, na atração de novos empreendimentos produtivos no segmento de circuitos integrados.

Dentre os resultados apresentados na gestão desse instrumento (2007 a 2014), destaca-se:

- Capacitação de 1000 engenheiros, sendo 700 para atuar em projetos de Circuito Integrados;
- Implantação de uma fábrica pelo MCTI (CEITEC) no Rio Grande do Sul, especializada na produção de *Smart cards*, chips de rastreamento (RFID), chips para automação industrial, etc;
- Implantação de uma fábrica em Minas Gerais (Unitec), especializada na produção de microfluídicos, sensores, medidores e *smart cards*.

A SEPIN/MCTI desenvolve ainda ações concretas para o incentivo à competitividade, com foco em inovação tecnológica, do setor de software e serviços de TI, como já apontado no item 7.3 do tópico programas estruturantes no setor de TIC, tanto para atendimento do mercado interno quanto para inserção efetiva no mercado internacional. Esta proposta de política ativa objetiva tornar o País num

centro de excelência e empreendedorismo na produção e exportação de software e serviços de tecnologia da informação.

## **9. RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS**

Estudos setoriais tem constatado que empresas do setor de TIC que priorizam o desenvolvimento local de bens e serviços têm demonstrado potencial para atuar no mercado externo com produtos inovadores, especialmente nos segmentos de comunicação óptica, médico-hospitalar, automação bancária e automação industrial; bem como em Software e Serviços de TI.

Como ações para fortalecer a capacidade local de inovação e desenvolvimento, a SEPIN/MCTI recomenda:

- Viabilizar o acesso de empresas nacionais aos regimes alfandegários diferenciados, com vistas a aumentar suas competitividades;
- Criar regime especial, aos moldes do PADIS, direcionado para empresas que desenvolvam tecnologia do setor de TIC no País;
- Gerar encomendas tecnológicas, com recursos do PADSTI, nos Centros de Excelência de Pesquisa e Desenvolvimento em TIC;
- Propor instrução normativa ou portaria, que discipline as condições para fruição conjunta dos incentivos da Lei de Informática e da Lei do Bem, pela mesma empresa, gerando segurança jurídica para o setor industrial de TIC;
- Viabilizar no País rede temática de serviços tecnológicos com ênfase na implantação de laboratórios de referência para certificação de equipamentos, software e serviços associados tendo como referência padrões internacionais;
- Ampliar o escopo dos projetos desenvolvidos, no âmbito da contrapartida de aplicação em atividades de P&D em TIC, para incluir linhas de pesquisa em segurança cibernética, manufatura avançada e internet das coisas;
- Intensificar a capacitação e formação de recursos humanos para atuação no setor produtivo, em atividades de P&D, com ênfase nas linhas de pesquisa já mencionadas; e
- Fomentar, no âmbito do PNM (design), projetos de circuitos integrados com vistas a ampliar a competitividade dos bens desenvolvidos e produzidos no País.

## 10. ANEXOS: OBJETIVOS, INDICADORES E METAS ESTRATÉGICAS

### 10.1 ANEXO 1 – Painel contendo indicadores e objetivos

O grande desafio de toda organização que implementa uma sistemática de medição está em dispor de um número limitado de indicadores que comuniquem adequadamente o desempenho organizacional. E, pela metodologia do *Balanced Scorecard*, esse desafio é ainda maior: de um lado, há a necessidade de se buscar um equilíbrio entre indicadores financeiros e não financeiros, de outro, identificar indicadores em perspectivas. Por exemplo, perspectivas como processos internos e pessoas e tecnologia implicam na avaliação de aspectos intangíveis da organização, como a eficiência de macroprocessos críticos com suas entregas ou o potencial do capital humano.

Em relação ao mapa estratégico, os indicadores devem ainda manter a mesma relação de causa e efeito existente entre os objetivos, ou seja, devem preservar a mesma coerência que dá base à hipótese estratégica existente no mapa.

Os indicadores não podem agregar mais trabalho no dia-a-dia nem tempo excessivo para serem coletados e obtidos. No processo de seleção, os indicadores devem considerar os seguintes aspectos:

- Comunicar se o objetivo estratégico está sendo atingido, sem distorcer a atenção;
- Possibilidade de se estabelecer meta de melhoria no longo prazo;
- Necessidade de ser quantificável, com a escolha de fonte confiável, que permita a mensuração de maneira repetitiva;
- Possibilidade de escolha da maior frequência de atualização da informação (mensal, trimestral, semestral).

Os indicadores buscam traduzir a evolução no alcance de cada objetivo estratégico, as metas estabelecem o nível desejado de cada indicador quando do alcance dos resultados finais.

A seguir serão apresentados: objetivo estratégico; indicador estratégico; descrição do indicador; método de cálculo do indicador; fonte de mensuração; frequência de mensuração; responsável pela apuração do indicador; linha de base (status atual do indicador); e meta.

A seguir temos o Painel de Indicadores definidos para a SEPIN:

OBJETIVO ESTRATÉGICO		INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	RESPONSÁVEL	FREQUÊNCIA	
1	Tornar o Setor de TIC inovador e competitivo	1	Crescimento de bens com Tecnologia Nacional (Portaria MCTI 950)	Percentual do faturamento de bens com tecnologia nacional sobre o faturamento das empresas habilitadas à Lei de Informática (LI).	CGTE	ANUAL
		2	Investimentos em projetos de P&D no âmbito da LI	Percentual de investimento em P&D sobre o faturamento das empresas habilitadas pela LI	CGTE	ANUAL
		3	Exportações de bens de TIC com tecnologia	Evolução das exportações dos bens com tecnologia	CGTE	ANUAL

			nacional (Portaria 950)	nacional		
2	Ampliar o número de Profissionais qualificados em TIC	4	Recursos Humanos em P&D nas empresas habilitadas pela LI	- Relação entre o RH de P&D e o RH total nessas empresas.	CGTE	ANUAL
3	Assegurar um Ecossistema robusto de ciência, tecnologia e inovação em TIC	5	Investimentos em P&D pela LI em Instituições credenciadas pelo CATI.	Montante de investimentos em P&D realizados pelas empresas habilitadas pela LI.	CGTE	ANUAL
4	Disponibilizar Bens e serviços de TIC para aplicações avançadas em áreas estratégicas	6	Bens com tecnologia desenvolvida no País, para aplicações avançadas em áreas estratégicas	Quantidade de bens com tecnologia desenvolvida no País, para aplicações avançadas em áreas estratégicas, fomentada pela LI	CGTE	ANUAL
5	Fortalecer a implementação de políticas públicas para o setor de TIC	7	Número de empresas apoiadas no âmbito do Programa Startup Brasil	Número de empresas apoiadas no âmbito do Programa Startup Brasil por ano	CGPC	SEMESTRAL (MAIO/OUTUBRO)
		8	Número de produtos certificados no âmbito do Programa CERTICS	Número de produtos certificados no âmbito do Programa CERTICS	CGPC	ANUAL
		9	Número de capacitações em nível profissional e tecnológico no âmbito do Programa Brasil Mais TI	Somatório do número de cursos concluídos no âmbito do Programa Brasil Mais TI (resultado acumulado)	CGPC	ANUAL
		10	Valor anual dos novos investimentos em plantas fabris do setor de microeletrônica	Valor total dos novos investimentos em plantas fabris do setor de microeletrônica	CGME	ANUAL
		11	Número de RH qualificados no âmbito do Programa CI Brasil	Somatório do número de RH qualificados no âmbito do Programa CI Brasil	CGME	ANUAL
6	Intensificar a cooperação com entidades internacionais	12	Organização e Promoção de Eventos Internacionais (Estudos, Cooperação Técnica)	Somatório do número de Eventos Internacionais Organizados e Promovidos pela SEPIN	GAB/SEPIN	ANUAL
7	Adequar a estrutura organizacional e de recursos humanos à gestão estratégica	13	Percentual de preenchimento da estrutura organizacional proposta.	(Número de pessoas alocadas/Número de pessoas previstas na proposta) x 100	DIRETORIA/SEPIN	ANUAL
8	Assegurar recursos financeiros para a estratégia	14	Orçamento para execução da estratégia da SEPIN	Montante de recursos necessários para a execução da estratégia da SEPIN.	GAB/SEPIN	ANUAL

## 10.2 ANEXO 2 – Metas estabelecidas para os indicadores

As metas definidas para os indicadores encontram-se na tabela a seguir:

OBJETIVO ESTRATÉGICO		INDICADOR	LINHA DE BASE	META 2015	META 2016	
1	Tornar o Setor de TIC inovador e competitivo	1	Crescimento de bens com Tecnologia Nacional (Portaria MCTI 950)	R\$ 8,7 bi / R\$ 70 bi = 12,4% (Estimativa 2013)	15% (Estimativa 2015)	18%
		2	Investimentos em projetos de P&D no âmbito da LI	R\$ 1,3 bi / R\$ 60 bi = 2,1% (2012) R\$ 1,5 bi / R\$ 67 bi = 2,2% (2013)	2,3% (Estimativa 2015)	2,3% (Estimativa 2016)
		3	Exportações de bens de TIC com tecnologia nacional (Portaria 950)	US\$ 30 milhões (P&D Brasil, 2013)	US\$ 40 milhões (Estimativa 2015)	US\$ 40 milhões (Estimativa 2016)
2	Ampliar o número de Profissionais qualificados em TIC	4	Recursos Humanos em P&D nas empresas habilitadas pela LI	6,4% (2012)	8,0% (Estimativa 2015)	8,0% (Estimativa 2016)
3	Assegurar um Ecosistema robusto de ciência, tecnologia e inovação em TIC	5	Investimentos em P&D pela LI em Instituições credenciadas pelo CATI.	R\$ 666 milhões (RDA 2012)	R\$ 740 milhões	R\$ 790 milhões
4	Disponibilizar Bens e serviços de TIC para aplicações avançadas em áreas estratégicas	6	Bens com tecnologia desenvolvida no País, para aplicações avançadas em áreas estratégicas	Energia:18 Automação Industrial: 20	Energia:20 Automação Industrial: 22	Energia: 25 Automação Industrial: 25
5	Fortalecer a implementação de políticas públicas para o setor de TIC	7	Número de empresas apoiadas no âmbito do Programa Startup Brasil	85 (45 da primeira chamada; pelo menos 40 da segunda)	100	100
		8	Número de produtos certificados no âmbito do Programa CERTICS	15	20	25
		9	Número de capacitações em nível profissional e tecnológico no âmbito do Programa Brasil Mais TI	200.000	250.000	300.000
		10	Valor anual dos novos investimentos em plantas fabris do setor de microeletrônica	R\$ 100 mi	R\$ 500 mi	R\$ 200 mi
		11	Número de RH qualificados no âmbito do Programa CI Brasil	550 (acumulado até 2012)	700	770

6	Intensificar a cooperação com entidades internacionais	12	Organização e Promoção de Eventos Internacionais	2	3	3
7	Adequar estrutura organizacional e de recursos humanos à gestão estratégica	13	Percentual de preenchimento da estrutura organizacional proposta	26,60%	30%	40%
8	Assegurar recursos financeiros para a estratégia	14	Orçamento para execução da estratégia da SEPIN	4,00 Milhões (Gestão) 80,00 Milhões (Fomento)	3,00 Milhões (Gestão) 15,00 Milhões (Fomento)	4,00 Milhões (Gestão) 15,00 Milhões (Fomento)

## **Considerações Finais**

Estabelecido o Planejamento Estratégico da SEPIN, para o período 2015 a 2019, vem a fase de execução dos Objetivos Estratégicos priorizando as iniciativas a serem desenvolvidas em cada ano.

A metodologia de execução considerará principalmente as disponibilidades de recursos humanos, recursos financeiros e as prioridades da secretaria.

O Mapa Estratégico será a referência para a SEPIN alcançar a Missão, a Visão e seus Objetivos Estratégicos, o qual deverá ser de conhecimento de todos Servidores da Organização.

No período de execução do Planejamento Estratégico a SEPIN fará, caso necessário, ajustes de correção ou atualização do Mapa Estratégico, podendo inclusive, estabelecer novos objetivos, metas e indicadores.